

**IMPORTÂNCIA DA TRADUÇÃO (PORTUGUÊS E LATIM)
NO DIÁLOGO CHINA – PORTUGAL¹**

**IMPORTANCE OF TRANSLATION (PORTUGUESE AND LATIN)
IN THE CHINA – PORTUGAL DIALOGUE**

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

caa@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra e Universidade Politécnica de Macau

<https://orcid.org/0000-0003-3390-1406>

ZHANG YUNFENG

zhangyunfeng@ipm.edu.mo

Universidade Politécnica de Macau

<https://orcid.org/0000-0002-9995-8432>

Texto recebido em / Text submitted on: 14/02/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 28/07/2022

Resumo

No início do diálogo entre o Ocidente e o Oriente, no século XVI, a solução dos problemas de comunicação linguística era uma questão fundamental. Nesse domínio, os Jesuítas tiveram um papel decisivo: Mateus Ricci, Michelle Ruggieri, Tomás Pereira, entre outros, especialmente com recurso ao latim, mas também ao português. A tradução ganhou desta forma importância enorme no contacto entre a China e os povos ocidentais, em especial os Portugueses. Nesse

¹ Projecto de investigação do Centro Pedagógico e Científico da Língua portuguesa da Universidade Politécnica de Macau, coordenado por Carlos Ascenso André, com a participação de Carlos Ascenso André e de Zhang Yunfeng, Gaspar.

processo, um português teve um papel fundamental: o Padre Joaquim Afonso Gonçalves, em latim e em português. Desde então a importância da tradução não parou de crescer, até aos nossos dias. Este trabalho pretende refletir sobre o lugar da tradução, em latim e em português, na história das relações entre Portugal e a China.

Palavras-chave: tradução, Macau, China, jesuítas, Joaquim Afonso Gonçalves.

Abstract

From the beginning of dialogue between West and the East in the 16th century, the problems of linguistic communication was a fundamental issue. In this domain, the Jesuits played a decisive role: Mateus Ricci, Michelle Ruggieri, Tomás Pereira, among others, especially using Latin, but also Portuguese. So the translation got big importance in the contact between China and the Western peoples, especially the Portuguese. In this process, there was a Portuguese who played a decisive role: Father Joaquim Afonso Gonçalves, both in Latin and Portuguese. Since then the importance of translation never stopped growing, until nowadays. This work aims to reflect on the place of translation, both in Latin and Portuguese, in the history of relations between Portugal and China.

Keywords: translation, Macao, China, Jesuits, Joaquim Afonso Gonçalves.

*Responde o valeroso Capitão
por hum que a língua escura bem sabia
(Camões, Lusíadas, 1.64.1-2)*

Com estas palavras descreve Camões o modelo de contacto entre os navegantes portugueses e o povo local, na Ilha de Moçambique: o recurso a um tradutor, porque era essa a sua função, que permita a aproximação entre os marinheiros portugueses (o visitante) e os habitantes da ilha (o visitado).

Fernão Martins era o nome desse homem, o tal “que a língua escura bem sabia”, como nos narra Fernão Lopes de Castanheda; cabia-lhe exatamente essa função que hoje designamos por “intérprete”, e que, nessa época, há muito vinha sendo conhecida pelo nome “língua”:

E isto lhe dizia pelo lingoa Fernão Martins (Castanheda, 1.6).

Estamos a falar, bem entendido, da costa oriental de África e da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, em 1498, mas deduz-se que a situação estava já generalizada e que o modelo vinha sendo aplicado a todos os contactos entre os descobridores portugueses e os povos visitados.

Foi assim, também, desde o começo do contacto entre os Portugueses e os Chineses, bem mais a Oriente, portanto, fosse em Macau, fosse no vasto território do interior da China.

Acantonados, de início, num espaço exíguo da pequena península, como aconteceu com os primeiros marinheiros e comerciantes que chegaram a Macau e que ali se estabeleceram, no começo olhados com desconfiança pelos naturais e, depois, progressiva mas lentamente aceites, tiveram os portugueses de aprender instrumentos básicos de comunicação; e aprenderam, também, que ela só seria possível através de alguém que a esse mester se dedicasse, pois de outra forma seria difícil, senão mesmo impossível, qualquer comunicação com os locais.

Ou seja, no longo diálogo que foi necessário estabelecer-se nesses anos iniciais, tempo de aproximações, digamos, tudo deve ter passado necessariamente pelo papel dos “línguas.”

Isso mesmo pode imaginar-se também no tocante às múltiplas viagens de Fernão Mendes Pinto, não obstante o excesso pícaro que nos faz suspeitar de mais fantasia do que realidade na sua *Peregrinação*. Seja como for, ela tem subjacente uma longa experiência de contacto e de intercâmbio, nas mais variadas e longínquas paragens do vasto império chinês, onde não é verosímil que houvesse experiência de diálogo com línguas ocidentais e onde, portanto, a presença dos “línguas” para facilitar a comunicação terá sido indispensável.

Mas o primeiro esforço notório, concertado e estratégico para criar mecanismos que permitissem a maior aproximação ao povo chinês, com superação do obstáculo constituído pela barreira linguística, aconteceu depois do estabelecimento da Companhia de Jesus no Oriente.

Alessandro Valignano, o provincial destacado para a China e o Japão, ao chegar a Macau, no início das suas funções, em 1578, teve disso perfeita e aguda consciência. Foi essa a razão por que insistentemente pediu que lhe enviassem quem a tal tarefa se dedicasse em pleno; necessário lhe foi insistir, convicto da sua razão; até que conseguiu que fosse designado para essa finalidade Michelle Ruggieri, o primeiro a assumir um papel ativo na aquisição dos instrumentos linguísticos necessários para concretizar o diálogo com o povo chinês. Eram esses, em boa verdade, os desígnios do Padre Valignano, consciente de que a missão da Companhia estaria condenada ao fracasso se não conseguisse ir mais longe do que uma pseudo-aculturação ou aculturação exterior, se entendermos como tal aquela que se traduzia no assumir de certos hábitos exteriores do outro, quais sejam, por exemplo,

o uso do vestuário. Valignano sabia bem que isso era pouco e de eficácia seguramente reduzida, senão mesmo nula; tinha consciência clara de que a aprendizagem da língua e da cultura era a única via possível para concretizar a aproximação com esse outro.

É essa visão, de resto, que faz dos Jesuítas verdadeiros pioneiros no ensino das línguas orientais e na definição de uma estratégia consequente da abordagem do “outro”².

Michelle Ruggieri chegou a Macau em 1579, mas logo se deu conta de que o que lhe era pedido era trabalho excessivo para uma só pessoa. Daí que rapidamente se lhe tenha juntado Matteo Ricci, a partir de 1582, na sequência de pedido que endereçou a Alessandro Valignano e a que este acedeu. É na junção de esforços de ambos – Ruggieri e Ricci – que tem início uma nova era no contacto entre o Ocidente (uma vez que se não pode dizer apenas “portugueses”, visto serem ambos italianos) e a China. Quem desejar, aliás, escrever a História da Tradução em Macau, tem de começar por aí. De alguma forma, o que antes desses dois padres jesuítas aconteceu neste domínio não foi verdadeiramente tradução, mas apenas uma espécie de expediente ditado pelas circunstâncias.

Ricci é, portanto, o primeiro grande vulto neste esforço de aproximação (convergência, porque não dizê-lo?) entre a China e o Ocidente. Aculturou-se nos hábitos, a ponto de, dizem, se assemelhar a um mandarim ou a um sábio, desses em que a China foi fértil e que se tornaram quase lendários. Mas foi mais longe do que isso. Para poder conviver com a elite chinesa e ser por ela aceite no seu quotidiano, condição indispensável para levar por diante a sua causa, pois sem essa mesma elite todos os esforços estariam condenados ao insucesso, aprendeu e apreendeu língua, cultura, filosofia.

A ele se deve o primeiro Dicionário Português-Chinês, embora de parca utilidade, convenhamos, pois nunca chegou a ser impresso; desapareceu, de facto, na voragem dos anos e só veio a ser encontrado, já no século XX, pelo Padre Pasquale M. d’Elia que, finalmente, editou partes dele³. Talvez um dia seja possível descobrir o porquê da menor atenção dada a esta obra pelo seu autor, que a não publicou, tanto mais que isso não sucedeu com outros livros seus, vários deles objeto de edições e reedições, uns em vida

² Paiva 2008: 75.

³ Vd. Paul Fu-mien Yang, para uma cuidadosa apreciação do texto do manuscrito existente na Biblioteca Vaticana.

do autor, outros já depois do seu desaparecimento, mas que ele deixou prontos para impressão.

Porquê, então, deixar desaparecer este dicionário, que era o primeiro e foi o único até muito tempo depois? A razão poderá ser bem simples e talvez tenha a ver justamente com o espírito que animava Ricci e, em geral, os Padres da Companhia. Interessava-lhes menos a aproximação da China a Portugal, com quem somente uns poucos tinham laços, do que ao Ocidente em geral. Por isso escreveram em latim, mais do que em português. Por esse motivo, aliás, um texto escrito por Ricci a respeito do papel da Companhia de Jesus na China e com o título *Della entrata della Compagnia di Giesù e Christianità nella Cina*, praticamente concluído no ano em que morreu, 1610, foi completado pelo Padre Nicholas Trigault e publicado em Itália, não em latim, mas em italiano, língua que alcançaria seguramente um público mais vasto, o que verdadeiramente importava à estratégia jesuíta⁴.

No tocante ao chinês, Ricci assumiu uma opção clara: conhecedor da enorme variedade linguística do território chinês, de que ainda hoje há evidentes vestígios, decidiu aprender uma língua mais comum a todo o território, em detrimento da língua de cada província⁵.

Os próprios portugueses assim fizeram. Veja-se o caso, por exemplo, do Padre Duarte de Sande. Subiste a controvérsia sobre a verdadeira autoria do diálogo *De missione legatorum Iaponensium ad Romanam Curiam*. Parecem suficientemente fortes e consistentes os argumentos de Costa Ramalho, que não tem dúvidas em atribuir ao padre português a autoria. Será isso o mais provável, decerto, ainda que o desenho geral da obra e parte do que nela vem exposto possa ter ficado a dever-se a uma estratégia concebida por Alessandro Valignano, seu superior direto. Mas o texto que nos chegou, redigido já em latim, será, com muita probabilidade, de Duarte de Sande⁶.

Em latim, sublinhe-se. Porque o objetivo do diálogo era promover uma aproximação entre a China e a Europa e não entre a China e Portugal⁷.

Nos séculos XVI e XVII este labor prosseguiu e a tradução foi uma das áreas que maior atenção mereceram aos Padres da Companhia.

Os instrumentos para apoiar uma tal tarefa, no entanto, são escassos ou quase nulos. O Dicionário de Ricci, como acima se diz, andou desaparecido

⁴ Palazzo 2014: 19.

⁵ Paiva 2008: 79.

⁶ Ramalho 1998: 209-220.

⁷ André 2018: passim.

até ao século XX – e continua desaparecido, em boa verdade. Também na mesma área trabalharam Ricci e Lazzaro Cattaneo, um outro jesuíta; mas dessa obra, até hoje, continua igualmente a não se saber o seu paradeiro⁸. E de um outro dicionário, do também jesuíta Álvaro Semedo, um português, elaborado à volta de 1640, mais não temos do mesmo modo que notícias; terá existido, a fazer fê em diversos testemunhos, mas também nunca chegou a ver a luz do dia.⁹

Isso não significa, em todo o caso, uma menor atenção dada à tradução ou um atenuar dessa atividade, embora, em muitos casos, o latim tenha sido a língua veicular. O que nos levaria a uma outra reflexão: ao mesmo tempo que os Padres da Companhia estavam empenhados, como prova a ação, entre outros, de Ricci, de Ruggieri e de Alessandro Valignano, na aproximação ao povo chinês através da língua, prosseguiram os esforços dessa mesma Companhia no sentido de divulgar na Europa os resultados da sua missão, o que incluía a tradução dos textos basilares da cultura e da filosofia chinesas. Era, digamos, uma estratégia de afirmação, de *marketing*, diríamos hoje, por forma a deixar claro ao Ocidente o papel fundamental da ação dos padres jesuítas por terras da China e do Japão. Foi por isso, decerto, que se sucederam edições, em latim, de obras marcantes da cultura oriental.

O mesmo Ricci concluiu a sua tradução das máximas de Confúcio, o *Tetrabilion Sinense de moribus*, concluído, mas nunca encontrado.

Esta estratégia, entretanto, tinha duas faces, já que os Jesuítas, ao mesmo tempo, esforçavam-se por traduzir para chinês textos europeus, para assim os fazerem chegar ao público letrado da grande China, numa atitude concertada no sentido da promoção de um verdadeiro diálogo cultural¹⁰.

Insere-se nesta estratégia, seguramente, a primeira obra ocidental publicada em língua chinesa: um catecismo, escrito em latim por Matteo Ricci e destinado ao trabalho de evangelização; foi traduzido para chinês por tradutores de Macau, com o título *Tianzhu Shilu* (“Verdadeiro tratado do Senhor do Céu”) e publicado em 1584¹¹.

Este desígnio, em sentido inverso (do chinês para o latim), veio a ser prosseguido por Inácio da Costa que traduziu, também ele, parte da obra de Confúcio, sob o título *Sapientia Sinica*, mas sem nunca ter chegado a

⁸ Camus 2007: 5.

⁹ Vd., a respeito dos dicionários, o excelente e bem informado artigo de João de Deus Ramos, “Os dicionários luso-sínicos”: *Revista de cultura* 2.6 (1988) 42-47.

¹⁰ Palazzo 2014: 24.

¹¹ Rocha Pino 2010: 154.

editar este resultado do seu trabalho. Veio a concluir essa edição Prospero Intorcetta, fazendo justiça ao seu antecessor, com o título *Sapientia Sinica exponente P. Ignatio a Costa, a P. Prospero Intorcetta orbi proposita*, vinda a lume em Kien Cham, “in urbe Sinarum provinciae Kiam Si, Kiuchan”¹², em 1662¹³.

O mesmo Prospero Intorchetta, agora em trabalho totalmente seu, editou anos depois uma obra tripla, que incluía a *Sinarum scientia politico-moralis*, seguida da *Vita Confucii, principis sapientiae Sinicae*,¹⁴ com as *Sententiae* do mesmo filósofo, em Guangzhou, em 1669¹⁵.

Até ao final do século XVII, sucedem-se obras do mesmo tipo: *Confucius Sinarum philosophus, siue scientia Sinensis latine exposita*,¹⁶ obra coletiva de Philippe Couplet, Prospero Intorcetta, Wolfgang Hertdrich e François de Rugemont, saída em Paris em 1687¹⁷; *De bello Tartarico in Sinis historia*¹⁸, de 1654, com vinte e oito edições em oito línguas, de Martine Martini; ou *Sinicae historiae decas prima res a gentis origine ad Christum natum in extrema Asia, sive Magno Sinarum Imperio gestas complexa*¹⁹, em Munich, em 1658.

No domínio da ciência, justifica-se uma menção ao Padre Ferdinand Verbiest, conhecido astrónomo, que nos deixou o *Liber organicus astronomiae europaeae apud Sinas restitutae sub imperatore Sino-Tartarico Camhi appellato*²⁰, editado em Pequim, em 1668; e a *Astronomia europaea sub imperatore tartaro sinico Cam Hy appellato ex umbra in lucem revocata a R. P. Ferdinando Verbiest Flandro-Belga e Societate Iesu*,²¹ saída em Dilligen, em 1687.

¹² “Sabedoria chinesa, exposta pelo P. Inácio da Costa e apresentada ao mundo pelo P. Próspero Intorcetta”. Publicada na cidade da província chinesa de Kiam Si, Kiuchan.

¹³ Camus 2007: 8.

¹⁴ “Ciência político-moral chinesa”, seguida da “Vida de Confúcio, príncipe da sabedoria chinesa”.

¹⁵ Camus 2007: 8.

¹⁶ “Confúcio, filósofo da China, ou a ciência chinesa exposta em latim”.

¹⁷ Camus 2007: 9.

¹⁸ “Da guerra dos Tártaros, na China”.

¹⁹ “Primeira década da história sinica, que abrange os feitos desde a origens do povo até ao nascimento de Cristo, nos confins da Ásia ou seja no grande império chinês”.

²⁰ “Livro orgânico da astronomia europeia reestabelecida na China no reinado do imperador sino-tartário chamado Cam Hi”.

²¹ “Astronomia europeia editada de novo no reinado do imperador sino-tartário chamado Cam Hi pelo Padre flamengo-belga Ferdinand Verbiest, da Companhia de Jesus”.

Mas voltemos aos Portugueses.

O nome mais representativo desse esforço de aproximação à China será, por certo, o Padre Tomás Pereira.

O seu múnus não era, em boa verdade, a tradução. Matemático, astrónomo e músico, foi através da ciência que logrou a aproximação ao imperador Kangxi e, numa posição que fez dele por largos anos um conselheiro privilegiado do soberano, que lhe permitiu promover uma abertura da corte chinesa à cultura ocidental e ao cristianismo. Participou, como representante da corte imperial, na delegação que negociou o tratado de Nerchinsk, em 1689, de que deixou pormenorizado relato em latim, quase em jeito de crónica. Pela sua ação na corte, o Padre Tomás Pereira será, por certo, no seu tempo, o nome mais destacado no processo de aproximação entre Portugal e a China e um dos mais importantes em toda a história do diálogo nem sempre linear entre os dois povos.

Dele nos fica uma obra vasta, na sua maior parte em latim, entre narrativas, crónicas, cartas. De toda ela se percebe a posição privilegiada que detinha na corte imperial. Lembremos, pela sua importância diplomática e política e pelo peso institucional que teve a presença do Padre Tomás Pereira, o relato que deixou dessa ação de que resultou o tratado de Nerchinsk: *Ephemeris itineraria oratorum Sinensium, tum que Cam et Somgotu, usque ad oppidum Nipchu, nec non inter Sinicum, et Moschouiticum imperatores initae pacis euentus*, 1689²².

Quanto aos materiais de apoio à comunicação, é credível que outros instrumentos tenham sido editados, com destaque para dicionários, cuja utilidade seria inquestionável. João de Deus Ramos refere, com preocupações de exaustividade, os que encontrou referidos por autores diversos. O facto é que, salvo o de Ricci, já citado, de todos os outros apenas há notícia, pois parece que ninguém, no nosso tempo, logrou cruzar-se fisicamente com qualquer deles.

A lista mais fiável será a de Luís Gonzaga Gomes, porventura o maior conhecedor desta realidade e nome cimeiro daquilo a que podemos chamar a aproximação ou convergência entre Portugal e a China, ele próprio tradutor e também autor de um “ensaio” de dicionário, a que chamou *Vocabulário: Vocabulário cantonense-português* (1941), *Vocabulário português-cantonense*

²² “Diário da viagem dos Embaixadores Chineses, Tum que Cam e Somgotu, até à cidade de Nipchu, bem como do sucesso da paz celebrada entre os imperadores sínico e moscovítico”.

(1942) e ainda *Vocabulário português-inglês-cantonense* (1954). A ele se voltará adiante.

Com ou sem instrumentos dessa natureza, a tradução surge no Oriente como um múnus de profissionais desde bem cedo. Na época de que estamos a falar, ou seja, o século XVII, já a tradução tinha um lugar institucional em Macau, definido por instrumento legislativo próprio. Em 1627, de facto, foi formalmente criado o “Regimento do Língua da Cidade e dos Jurubaças Menores e Escrivães”²³.

A publicação deste instrumento legal e a subsequente criação do organismo a que dá corpo e que regulamenta representam o reconhecimento da importância da comunicação entre as autoridades portuguesas e chinesas e da necessidade de que, para o sucesso de tal comunicação, fosse dado peso institucional aos seus intérpretes e mediadores.

A pequena província do sul seguia, afinal, o exemplo de Pequim, onde existia um colégio de tradutores, o Si-yi-guan²⁴. O que estava em causa, em boa verdade, era a garantia de maior sucesso no relacionamento entre Macau e a China, ou melhor, entre os Portugueses de Macau e a China, alcançado por meio de um gabinete especializado, com cinco pessoas: um língua principal, dois jurubaças menores e dois escrivães²⁵.

A função, como facilmente se compreende, foi confiada a bilingues, como hoje são chamados em Macau, ou seja, macaenses, *filhos da terra*, que falavam a língua portuguesa²⁶.

Desde os primeiros dias da institucionalização do cargo e, depois, pelos séculos fora, os línguas ou jurubaças, apesar de procurarem na sua função uma forma de poder, por lhes dar proximidade aos Portugueses, que eram os detentores desse mesmo poder, estavam longe de coexistir pacificamente com os seus conterrâneos. O facto de trabalharem para os Portugueses ou próximos deles e de com eles manterem uma relação de fidelidade era gerador de desconfianças, o que os colocava amiúde em situações embaraçosas, quando não, mesmo, de insegurança. Não raro, por via de tudo isso, chegavam a correr risco de vida, sempre que a sua missão os levasse ao interior da China²⁷.

²³ Li Changsen 2013: 89.

²⁴ Paiva 2005: 565.

²⁵ Paiva 2005: 565.

²⁶ Paiva 2005: 565.

²⁷ Paiva 2005: 566-567.

Em boa verdade, os línguas eram mais do que mediadores linguísticos; acabavam por lhes caber, também, funções diplomáticas, de negociação ou de fiscalização; formavam e administravam e, o que não era pouco, detinham o controle da informação, com todo o poder que desse facto resultava e de que sabiam, obviamente, fazer uso. Tudo isso, por um lado, determinava critérios de grande exigência no recrutamento, mas, por outro, mantinha-os em permanente risco²⁸.

Há que sublinhar, em todo o caso, que os línguas alcançaram existência legal e institucional a partir da sua prática e independentemente dos instrumentos que teriam a servir-lhes de apoio. Neste caso, a tradução, enquanto processo, terá começado por ser um domínio de autodidatas, nascidos da experiência e da boa vontade, sem quaisquer qualificações escolares.

A tradução, porém, e a mediação linguística (e não só, como se viu) que era o seu cerne não se circunscreviam a essa dimensão institucional.

No interior da China, os Padres da Companhia de Jesus continuaram a obra de Matteo Ricci, mesmo quando tiveram que enfrentar perseguições e um contexto bem mais desfavorável. Aí, o latim era a língua mais utilizada em tais tentativas de aproximação à China; traduções de Confúcio ou dos sábios chineses, instrumentos pedagógicos, livros sobre a China, de tudo isso encontramos um pouco na produção dos Jesuítas até à sua expulsão definitiva. Parte considerável de tais livros era escrita em latim, língua mais eficaz para chegar às elites do mundo ocidental.

Já acima se falou de Tomás Pereira, de Inácio da Costa, de Intorcetta, do trabalho colectivo de Philippe Couplet, Wolfgang Hertrich e François de Rugemont e bem assim das vinte e oito edições em oito línguas diferentes da história da conquista de Manchu, *De bello Tartarico in Sinis historia*, de 1654, a que poderíamos acrescentar muitos outros títulos de vária índole.

Voltando, no entanto, ao uso do latim com inquestionáveis objetivos pedagógicos e já em pleno século XVIII, merece referência a *Notitia linguae sinicae*,²⁹ de Joseph Henri Marie de Prémare, em Cantão, em 1728³⁰.

Já antes, no século XVII, tinha o Padre Ferdinand Verbiest publicado os seus *Elementa linguae tartaricae*,³¹ em 1676.

²⁸ Paiva 2005: 568.

²⁹ “Notícia da língua chinesa”.

³⁰ Camus 2007: 10.

³¹ “Elementos da língua tartária”.

No tocante a dicionários, saiu em Roma, em 1732, da autoria de Carlo Orazi da Castorano, o *Dictionarium Latino-italico-sinicum tam vocum, quam Litterarum seu Characterum usualium Sinensium*, isto é, “Dicionário latim-italiano-chinês, tanto de palavras quanto de letras ou caracteres usuais chineses”, tido por de grande utilidade para quantos mercadejassem com a China.

Do mesmo autor, de resto, era a *Grammatica seu manuductio ad linguam sinicam facilius addiscendam*,³² de que Ferrero menciona uma versão manuscrita.

O primeiro dicionário a ser publicado em Macau data de 1733 e é de Basílio Brollo: *Dictionarium sinico-latinum R. P. Bazilii a Glemona missionario; cum indice copioso, characteribus inveniendis accomodato eorumque sinicis elementis ac linearum varie componentium elencho; his accessere sinensium antithetorum, particularum numeralium, vocum, quibus additur particula ta, atque cognominum accurate (sic) collectiones, cum Cyclo sinico*.³³ Conheceu sete edições.

Pouco se tem falado, entretanto, de um nome importante na história da tradução na China e em Macau e, por esse motivo, um ator de grande significado na utilização da língua como veículo de convergência entre os dois povos e as duas culturas, ainda com recurso a uma terceira língua, o latim, que conservou alguma vitalidade até ao século XIX: trata-se do Padre Joaquim Afonso Gonçalves.

À medida que o século XVIII caminhava para o fim, a Companhia de Jesus veio perdendo influência, vítima, primeiro, das perseguições na China e no Japão e, depois, das perseguições na Europa, Portugal incluído, e, finalmente, da própria supressão.

Esse espaço foi sendo ocupado por outras ordens, entre elas a Congregação da Missão ou Padres Lazaristas ou Vicentinos, a que pertencia o Padre Joaquim Afonso Gonçalves, ordem cuja presença na península de Macau data do terceiro quartel do século, mais concretamente 1784.

Chegado a Macau em 1813, o Padre Joaquim Afonso Gonçalves ia destinado à missão na China, como sucedia com grande parte dos

³² “Gramática ou manual para aprender a língua latina”.

³³ “Dicionário chinês-latim do Rev. Padre Basílio, missionário de Glemona; com índice copioso ajustado à pesquisa por caracteres e pelos seus elementos chineses e com o elenco das frases que de modo vário o compõem; a isto se acrescentaram conjuntos de antónimos chineses, de particulas numerais, de sons, a que se junta a particula ta, e de cognomes, com o calendário chinês”.

membros do clero que a Macau iam chegando, com igual destino; no caminho, entretanto, na passagem por Macau, dedicou-se ao ensino no Seminário de S. José e acabou por não mais dali sair, inteiramente dedicado à prática do magistério. Durante mais de vinte e cinco anos produziu uma obra notável que dele faz, talvez, um dos maiores sinólogos portugueses, senão mesmo o maior.

Entre os seus títulos avultam dicionários e gramáticas, nalguns casos em português, noutros casos em latim, língua por certo ainda em uso e, portanto, ensinada no Seminário de S. José; alguns exemplos, sobremaneira importantes para o tema que aqui se vem desenvolvendo:

Arte China constante de alfabeto e Grammatica comprehendendo modelos das differentes composições, impressa em Macau, no Colégio de S. José, em 1829.

Diccionario Portuguez-China, impresso em Macau, no Colégio de S. José, em 1831.

Diccionario China-Portuguez, impresso em Macau, em 1833, no Colégio de S. José, seguido de um “Dicionário tónico”, com 126 páginas.

Mas também, uma vez mais, instrumentos voltados para a língua latina, a demonstrar a sua importância ainda no século XIX.

Lexicon Magnum Latino-Sinicum ostendens etymologiam, prosodiam, et constructionem vocabulorum,³⁴ publicado em Macau, no Colégio de S. José, em 1841.

Lexicon Manuale Latino Sinicum. Continens omnia vocabula latina utilia, et primitiva, etiam scripturae sacrae,³⁵ que viu a luz em Macau, igualmente no Colégio de S. José, em 1839.

Eram todos eles instrumentos pedagógicos, conforme se deduz das suas próprias palavras na “advertência inicial” do *Diccionario China-Portuguez*: “Querendo fazer este Diccionario o mais útil possível ao Estudante, procurei que fossem Manual; mas para isso foi preciso omitir as letras de pouco uso” (da “advertência inicial”).

Se tivermos em conta a insistência nos dicionários com latim, facilmente depreendemos que se tratava de instrumentos destinados à formação do clero, isto é, ao uso dos seminários. Mas o facto é que aos dois dicionários

³⁴ “Grande dicionário latim-chinês, que apresenta a etimologia, a prosódia e a construção das palavras”.

³⁵ “Dicionário manual latim-chinês, que contém todas as palavras latinas úteis e as primitivas e ainda as das escrituras sagradas”.

com a presença do latim se juntam outros dois entre a língua chinesa e a língua portuguesa, a que se soma uma gramática e uma *Arte língua*. O que vale por dizer que, a partir do Colégio de S. José, iam sendo produzidos preciosos instrumentos que, não obstante serem concebidos com intuitos de natureza pedagógica, eram de enorme utilidade para o múnus da tradução, atividade que, como temos observado, constituía preocupação central em Macau e na China desde o final do século XVI.

Não está suficientemente estudado, aliás, o contributo do Seminário de S. José para a formação de tradutores e, nesse sentido, para a convergência entre Macau e Portugal e, de forma mais generalizada, entre a China e Portugal. Mas não será ilegítimo ou infundado acreditar que tal contributo foi deveras significativo, em resultado da intensa ação pedagógica ali desenvolvida. O Padre Joaquim Afonso Gonçalves será, sem dúvida, o nome mais destacado nesse domínio.

Assim se continuaram a formar especialistas em ambas as línguas, boa parte destinados ao clero, sem dúvida, mas muitos deles a ficarem pelo caminho e, portanto, a engrossarem o número dos potenciais tradutores, ou seja, dos mediadores entre as duas línguas e as duas culturas. Mas não será irrelevante mencionar que uma terceira língua, o latim, se junta a estas e manteve até ao século XIX estatuto ainda muito considerável naquela parte do Oriente. Parece, aliás, uma evidência a presença do latim, ou seja, da metodologia do ensino do latim, na pedagogia do português por parte deste missionário da congregação de S. Lázaro³⁶.

Quanto ao múnus da tradução, a situação que vinha já do século XVII assim se manteve até à aprovação do Código e Regulamento para a Procuratura dos Negócios Sínicos de Macau, em 1877. É certo que a Procuratura vinha já de 1583, mas era um organismo pouco mais que inexistente. Apenas a partir da aprovação do Código e Regulamento de 1877 ganhou nova dinâmica; do mesmo modo que ganhou nova dinâmica e novo enquadramento institucional o processo de tradução; desde logo, o corpo de línguas, tradutores e aprendizes passou a ser de nove, em lugar dos cinco constantes do Regimento de 1687³⁷.

É criada, na sequência de Decreto de 1885, a Repartição do Expediente Sínico, anexa à Procuratura já atrás referida. É aí que passa a centrar-se todo o trabalho de tradução, interpretação e mediação linguística; traduzir,

³⁶ Barros 2017: 17.

³⁷ Paiva 2008: 118-128.

interpretar, arquivar, eis as suas tarefas fundamentais, conforme enunciadas no decreto que a instituiu³⁸.

A partir daqui, aumenta o recrutamento de tradutores, é revisto o seu estatuto e são atualizadas as respetivas remunerações; em suma, a tradução adquire um novo enquadramento e vê reforçado o seu estatuto.

Passam apenas trinta anos e, em 1914, esta legislação volta a ser revista, os regulamentos respeitantes à Repartição do Expediente Sínico são reformulados, a própria Repartição é remodelada. Logo depois, em 1915, a Repartição do Expediente Sínico adquire, finalmente, uma dimensão pedagógica por lhe ser aditada também essa função: é criada, anexa a ela, uma Escola da Língua Sínica, destinada à formação de tradutores e intérpretes, isto é, a “habilitar candidatos aos lugares de intérpretes da língua sínica, falada e escrita”³⁹.

Este foi, talvez, o primeiro e mais importante passo com vista à instituição do ensino da tradução em Macau e, em resultado disso, à criação de um corpo de tradutores especializados e profissionais.

O século XX viria a confirmar este desígnio, em Macau e, depois, no interior da China.

É certo que o papel de mediação desempenhado por Macau sofreu alguma atenuação em momentos determinantes do século XX, como bem sublinha Han Lili: em 1939-1945, por ocasião da Segunda Grande Guerra e da Guerra do Pacífico, em 1949, quando do nascimento da República Popular da China, e em 1966-1976, por altura da Revolução Cultural⁴⁰. Isso não significa, porém, que a atividade da tradução alguma vez tenha perdido a sua importância no território; não só isso não aconteceu, como, mais ainda, voltou a alcançá-la e com inesperado vigor no interior da China.

Prova-o o facto de, a partir de meados do século XIX surgirem sucessivamente na península, “entre os descendentes dos portugueses, excelentes tradutores que dominavam perfeitamente a língua e a cultura chinesas, como sejam Pedro Nolasco da Silva (1842-1912), Carlos d’Assumpção (1862-1932), Martinho Marques (1810-1867), José Vicente Jorge (1872-1948) e Joaquim Chagas”, parte dos quais viria a desempenhar funções de liderança

³⁸ Paiva 2008: 129-136.

³⁹ Paiva 2008: 144.

⁴⁰ Lili 2018: 158.

na Repartição do Expediente Sínico e outros a trabalhar nos consulados do interior da China, por exemplo Xangai ou Pequim⁴¹.

Já no interior da China, é necessário chegarmos a 1960 para sentirmos renascer nas autoridades a preocupação com o ensino da língua portuguesa, com vista à prática da tradução, que as relações com Portugal e as suas então colónias e, ainda, o Brasil tornavam urgente. Citemos Li Changsen:

“Para os países da língua portuguesa, a China tentava andar com duas pernas: primeiro, estreitar as relações dos partidos políticos genuinamente marxistas e das organizações esquerdistas de Portugal e do Brasil; segundo, apoiar incansavelmente a luta armada travada pela FRELIMO, UNITA, MPLA e PAIGC, dos países africanos de fala portuguesa. Para concretizar estes dois objetivos, era preciso um grande contingente de profissionais bilingues de língua portuguesa. Nestas circunstâncias, o governo chinês criou o primeiro curso oficial de português de carácter superior no Instituto da Radiodifusão de Pequim em setembro de 1960.”⁴²

Em Abril de 1960, a Rádio Pequim transmitiu o seu primeiro programa em língua portuguesa, concebido especificamente para alcançar países e territórios de língua portuguesa e todo ele falado por brasileiros, militantes do Partido Comunista do Brasil⁴³.

Em 1961, o ensino do Português alargou-se ao Instituto de Línguas Estrangeiras de Pequim, hoje Universidade de Línguas Estrangeiras.

Foi desígnio de pouca duração, já que a Revolução Cultural interrompeu este projeto entre 1966 e 1973.

Em 1973, o ensino do Português foi retomado na Universidade de Línguas Estrangeiras de Pequim; em 1977, foi iniciado na Universidade de Estudos Internacionais de Shanghai; pouco a pouco, foi-se alargando a outras universidades, em Pequim (Universidade de Comunicação, continuadora do Instituto de Radiodifusão), e logo depois também em Tianjin. Nos últimos dez anos, a apetência pelo Português conheceu um aumento inusitado e nunca visto: entre 2010 e 2020, o número de universidades onde se ensina Português passou de seis para quase cinquenta, o número de docentes de duas escassas dúzias para mais de duzentos, o número de estudantes de cerca de 400 para mais de 5 mil

⁴¹ Li Changsen 2013: 90.

⁴² Li Changsen 2018: 6.

⁴³ Li Changsen 2018: 7.

Em Macau, este processo manteve-se com uma certa estabilidade até 1999 e, a partir dessa data, foi intensificado.

Até 1944, a Escola da Língua Sínica foi formando tradutores e mediadores no diálogo cultural e linguístico entre Portugal e a cultura chinesa. Vários nomes se destacam nesse processo, parte dos quais ficará para sempre ligada à história de Macau do século XX: os já mencionados Pedro Nolasco da Silva, Carlos d'Assumpção, José Vicente Jorge; todos eles marcaram de forma indelével a história da tradução em Macau.

Em 1944, fruto, porventura, do contexto histórico e suas turbulências, com conhecidos reflexos à escala local, a Escola da Língua Sínica deixou, praticamente, de funcionar. Mas a tradução, como processo de mediação entre o Oriente e o Ocidente ou, de modo mais claro e mais relevante aqui, entre a China e Portugal, prosseguiu o seu rumo, por obra dos seus protagonistas, os tradutores.

Destaca-se claramente entre todos Luís Gonzaga Gomes, porventura o mais paradigmático de todos os mediadores entre culturas em toda a história da relação Portugal – Macau e, por extensão, Portugal-China. Trabalhador incansável, historiador, ensaísta, autor de dicionários e de outras obras de apoio ao múnus dos tradutores, Luís Gonzaga Gomes é bem um exemplo daqueles vultos da história da tradução em Macau a quem poderia caber a designação metafórica de “agente duplo”. Filho da terra, como costumam designar-se os macaenses, viveu sempre fiel às suas raízes, mas, ao mesmo tempo, incerto entre a sua pertença à língua portuguesa e quanto representava e à cultura local onde tinha nascido. Poucos como ele terão interpretado tão bem a essência do ser macaense; e poucos como ele terão contribuído em tão larga escala para a convergência entre Portugal e Macau, mormente numa época em que a Escola da Língua Sínica se tinha praticamente apagado.

Apagado, mas não desaparecido. Com o advento da democracia em Portugal, com o processo de descolonização e o restabelecimento de relações entre Portugal e a China, o diálogo de que Macau era herdeiro foi retomado, no próprio plano institucional. A Escola da Língua Sínica deu lugar à Escola Técnica e passou a incluir na sua grelha formativa os Estudos Portugueses. A partir de 1998, esse processo veio desembocar diretamente na Escola Superior de Línguas e Tradução do Instituto Politécnico de Macau, nascido nesse ano, herdeiro, por isso, da tradição centenária iniciada com a Escola da Língua Sínica, em 1915.

O início do século XXI coincide praticamente com o regresso de Macau à soberania chinesa. Devido a uma estranha, mas talvez não propriamente

inesperada convergência de fatores, o Português passou a conhecer um desenvolvimento a todos os títulos impressionante.

Um desses fatores é, sem dúvida, a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e a Declaração Conjunta Luso-chinesa sobre o futuro de Macau. Aí se determina que o Português é língua oficial de Macau até 2049. Isso significa, em si mesmo, um reforço enorme do investimento em tradução e, portanto, no ensino da língua portuguesa. De facto, não obstante a quase totalidade da população do território não falar nem compreender português, ele coexiste em pé de igualdade com o chinês na administração pública, na justiça, na vida quotidiana institucional.

Um outro desses fatores decorre da aposta estratégica do Governo Central da República Popular da China nas relações económicas com Portugal e os países de língua portuguesa. Com esse objetivo, foi criado em 2003 o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, designado abreviadamente por Fórum Macau e que tem a sua sede no território.

Nesse quadro, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau intensificou o apoio ao ensino do português e à formação de quadros bilingues, ao mesmo tempo que o Governo Central da República Popular da China estimulava o aparecimento de formações em Português nas suas universidades.

Neste caso, pode afirmar-se que, se é certo que a tradução contribui inequivocamente para o processo de convergência entre os dois povos e as duas culturas, também não é menos verdade que a convergência no plano político e das relações diplomáticas deu um impulso decisivo ao desenvolvimento da tradução.

O esforço feito ao longo das últimas três décadas e, em especial, no decurso dos anos mais recentes naquilo a que se tem vindo a chamar aqui convergência entre a China e os países de língua portuguesa, com a língua por instrumento privilegiado, tem sido notório. Alguns exemplos sugestivos deverão ser apontados:

O investimento das Instituições de Ensino Superior na área da língua portuguesa e da tradução: avulta nesse domínio, com muita clareza, o Instituto Politécnico de Macau, que criou a licenciatura em Tradução Chinês-Português e Português-Chinês, herdeira da formação proporcionada pela Escola da Língua Sínica e, depois, pela Escola Técnica. Circunscrita, primeiro, a Macau, esta licenciatura tornou-se, há poucos anos, num projeto pioneiro que congrega uma instituição chinesa da RAEM, o IPM, e uma instituição

portuguesa, o Instituto Politécnico de Leiria. Os estudantes iniciam a formação em cada uma das instituições e transitam, depois, para a instituição parceira no outro país. O mesmo Instituto criou, depois, a Licenciatura em Língua Portuguesa e Relações Comerciais China – Países Lusófonos, cujo nome fala claramente dos objetivos que lhe estão subjacentes.

A criação, em 2014, de um grupo de trabalho para a formação de quadros bilingues, a funcionar no âmbito do Gabinete de Apoio ao Ensino Superior de Macau, e que senta, à volta da mesma mesa, todas as instituições que ministram formações que incluem o Português.

A nova reestruturação da carreira de tradutor, que passou não apenas pela sua revalorização material, mas também pelo apoio à formação dos tradutores, através de incentivos para que revalorizassem as suas formações académicas, com Mestrado ou Doutoramento.

O estímulo governamental à intensificação do ensino do Português no ensino não superior.

A publicação de inúmeros materiais pedagógicos para apoio ao ensino da língua portuguesa.

O reforço do Português em instituições dependentes de tutela portuguesa e a operar na RAEM, como sejam a Escola Portuguesa de Macau e o Instituto Português do Oriente.

Mais exemplos deveriam ser mencionados, entre eles o aumento exponencial de bolsas ligadas a este mesmo domínio: bolsas para continuação de estudos em Portugal; bolsas para frequência de cursos de Português em Portugal; bolsas para estudantes do interior da China para frequentarem os cursos de Português em Macau (uma prática usual do Instituto Politécnico (hoje Universidade Politécnica de Macau) há poucos anos atrás).

Sublinhe-se, ainda, a presença em Macau, uma vez mais no Instituto Politécnico, de muitos estudantes de países de língua portuguesa (sobretudo Brasil e Cabo Verde, mas também Moçambique), com o objetivo de aprenderem Chinês. Este é, do outro lado da questão, o mesmo esforço no sentido da convergência.

Com a nova Lei do Ensino Superior em Macau, esta opção mais ainda se acentuou. Às licenciaturas existentes outras se juntaram, a que se somaram também Mestrados e Doutoramentos, num processo que conhece uma evolução de contornos e dimensões ainda pouco previsíveis.

Já lá vão quase 400 anos sobre a aprovação do “Regimento do Língua da Cidade e dos Jurubaças Menores e Escrivaens”, em 1627. Nessa data, adquiriram reconhecimento institucional cinco profissionais da tradução,

pretensos obreiros da aproximação entre os dois povos e mediadores do diálogo entre ambos. Quatrocentos anos depois, esse diálogo mantém-se e intensifica-se. Hoje, andarão pelos duzentos os tradutores em Macau, só na área da Administração Pública. É credível que outros tantos se lhes juntem pelo menos, em empresas comerciais, em escritórios de advocacia, nos múltiplos sectores da atividade económica e bem assim na atividade cultural. Quanto ao interior da China, dada a sua dimensão, não é fácil fazer o rastreamento desse processo que é seguramente bem mais volumoso.

Quatrocentos anos provaram, se dúvidas houvesse, que estava certa a convicção do Padre Alessandro Valignano e, mais do que dele, dos padres Ruggieri e Ricci. Quatrocentos anos depois, a convergência é, porventura, a mais intensa de sempre na história das relações entre os dois povos. Nesse processo, os tradutores, chamemos-lhes nós línguas ou jurubaças ou o que quisermos, tiveram um papel, não apenas ativo, mas, bem mais do que isso, incontornável e determinante. Não fosse a língua o instrumento de comunicação e, por isso, mesmo de diálogo, por excelência.

Bibliografia

- André, C. A. (2018), “The 1590 *De missione*: an impartial narrator or a case of propaganda and manipulation?”, in L. F. Barreto & Wu Zhiliang (eds.), *Travels and knowledge (China, Macau and global connections)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau. Fundação Macau, 219-236.
- Barros, A. L. de (2017), *O método de Joaquim Afonso Gonçalves para o Ensino-aprendizagem do Chinês e do Português*. V. N. Famalicão: Edições Húmus.
- Braga, J. M. (1963), “The beginnings of printing at Macao”, *Studia* 12: 29-137.
- Camus, Y. (2007), *Jesuit's Journeys in Chinese Studies*. Macau Ricci Institute (Communication presented to the World Conference on Sinology 2007, Renmin University of China, Beijing, 2007.03.26-28).
- Ferrero, M. (s/d), “A partial list of works in Latin about China from the Romans to today”. Available in <https://gongsunlongzi.wordpress.com/una-lista-parcial-de-trabajos-en-latin-sobre-china-desde-roma-hasta-hoy/>
- Ferrero, M. (1987), “Sul fondo manoscritto *De Rebus Sinensibus* del Fr. Carlo Orazio da Castorano custodito nella Biblioteca Nazionale Vittorio Emanuele di Napoli”: *Asia Orientale* 5/6: 7-48.
- Li Changen (James Li) (2013), “Estilo de Macau – Formação, características e impacto na tradução para o idioma sinico”, in Li Changsen & Luís Filipe

- Barreto (eds.), *Para a história da tradução em Macau*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau e Instituto Politécnico de Macau, 89-115.
- Li Changsen (James Li) (2018), “Inspiração histórica: o ensino da língua portuguesa e a China moderna”, in Lei Heong Lok (ed.) & C. A. André, R. Pereira, L. Inverno (coords.), *Actas do 4º Fórum Internacional do Ensino da Língua Portuguesa na China*. Macau: Instituto Politécnico de Macau, 3-22.
- Lili, H. (2018), *Luís Gonzaga Gomes: Filho da Terra, divulgador e tradutor de imagens da China e Macau*. Macau: Instituto Politécnico de Macau.
- Loureiro, R. M. (2007), *Na companhia dos livros: manuscritos e impressos nas missões jesuítas da Ásia Oriental 1540-1620*. Macao: University of Macau.
- Paiva, M. M. Gomes (2005), “O 1º regimento do Língua da cidade de Macau”, in M. L. Romana García, (ed.), *II AIETI. Actas del II Congreso Internacional de la Asociación Ibérica de Estudios de Traducción e Interpretación* (Madrid, 9-11 de febrero de 2005). Madrid: AIETI, 561-572.
- Paiva, M. M. Gomes (2008), *Traduzir em Macau: ler o outro – para uma história da mediação linguística e cultural*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Palazzo, C. Lícia (2014), “Os Jesuítas como atores privilegiados na comunicação de imagens da China para a Europa, século XVI a XVIII”, *Tuiuti – Ciência e cultura* 48: 13-31.
- Pereira, T. (2011), *Obras*, volume II. Coord. Luís Filipe Barreto, tradução do latim para português Arnaldo do Espírito Santo, leitura, transcrição e notas Ana Cristina da Costa Gomes, Isabel Murta Pina, Pedro Lage Correia. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau.
- Pino, M. Rocha (2010), “El método de acomodación jesuíta y la evangelización de las órdenes mendicantes em China imperial”, *Culturales* 6.12 (jul-dec): 147-180.
- Ramalho, A. Costa (1998), “O Padre Duarte de Sande, S. I., verdadeiro autor do *De missione legatorum Iaponensium ad Romanam curiam dialogus*”: *Para a história do Humanismo em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 209-220.
- Yang, P. Fu-Mien (1989), “The Portuguese-Chinese dictionary of Matteo Ricci: a historical and linguistic introduction”: *Proceedings of the second International Conference of Sinology*. Taipei: Academia Sinica, 181-242.